

3 - Ivo Macuxi

Quero mandar minha saudação a todos e a todas que estão nos assistindo, principalmente, aos meus colegas, parentes Dário, Júlio, e a todos aí nos territórios, nas cidades. Eu sou Ivo Macuxi, falo de Boa Vista, Roraima, trabalho com os povos indígenas, meus parentes, como advogado, há 5 anos, mas como militante da causa desde quando eu comecei a dizer não a todo tipo de violência que, nós, povos indígenas, sofremos e continuamos sofrendo. Agradecer também pelo convite para a gente se posicionar em relação ao tema que vem sendo muito debatido hoje, que é a atual situação na Terra Indígena Yanomami. Mas quero destacar que, para os indígenas, advogados ou não, chegarem até aqui, enfrentam um caminho árduo, difícil, que nós conseguimos superar. Chegar até as telas para trazer informação, trazer as nossas vozes e ecoar, como as guerreiras costumam falar, as nossas vozes através das telas. Hoje as mídias sociais, principalmente o YouTube, é um caminho muito difícil que nos desafia cada vez mais a falar nessa linguagem a que nós não estamos acostumados. E, por isso, a gente sempre diz que, se porventura a gente escorrega nas palavras, é porque é uma segunda língua para nós. Como Macuxi, a minha língua materna é o Macuxi. Mas para passar a nossa fala, para que nós possamos, de fato, ser um pouco compreendidos e entendidos, aprendemos uma segunda língua, que é a língua portuguesa. Então, estamos aqui para trazer isso também.

De fato, as nossas vozes estão ecoando nessa resistência. A nossa língua, como Dário disse também, é uma resistência. Não é só um meio de comunicação, mas também de repassar conhecimentos e falar sobre a nossa vida. O povo Yanomami e Ye'kwana e eu, Macuxi, somos há muito tempo pessoas e jovens que vêm se apropriando desse conhecimento ocidental, do conhecimento não indígena e juntando com o conhecimento tradicional, a nossa ciência indígena, para fazer uma leitura do mundo e saber como, de fato, nós podemos continuar lutando, resistindo e levando adiante a nossa resistência. Infelizmente, a sociedade brasileira não está preparada para nos receber, para nos ouvir, muitas vezes, porque não conhece a realidade, nunca sentiu na pele o que é ser indígena, e não conhece a origem do país, como se formou e recebeu um ensinamento que foi escrito pelo invasor e aprendeu coisas que não são verdade.

Assim, trazemos hoje a nossa história. Hoje, nós, povos indígenas de Roraima, estamos mais uma vez comovidos, unidos em prol dos nossos irmãos, nossos parentes, nossos colegas, irmãos Yanomami e Ye'kwana que habitam a Terra indígena Yanomami, onde quase foram extintos, exterminados por um projeto que está aí há muitos anos, décadas, mas que encontrou um refúgio, uma força nos últimos quatro anos nas pessoas que sempre tiveram essa ideologia de acabar com os povos indígenas desse chão chamado Brasil. Somos vistos, muitas vezes, como empecilhos para o desenvolvimento nacional, como uma ameaça à soberania por

causa do nosso território, mas nós não somos nenhum tipo de ameaça. Nós não somos povos que pensamos em nos tornar Estados, mas se usam essas narrativas para enganar as pessoas, para manipular opiniões da sociedade civil, para dizer que nós é que somos os inimigos da pátria, enquanto outras pessoas é que o são. É o contrário. Foi o invasor que chegou e tentou nos dominar, nos exterminar. Nós não deixamos isso acontecer e continuamos existindo e resistindo de forma pacífica, inclusive hoje, usando as ferramentas que o colonizador trouxe, que são as instituições, são as cartas, a escrita, a Justiça, todo um sistema de organização social que nós tivemos que aprender para continuar nos defendendo. Percebemos que isso tudo foi desenhado, não para nos proteger, mas para nos dominar, perpetuar a dominação com esse genocídio em curso na Terra Yanomami que, felizmente, nós conseguimos fazer cessar porque, se houvesse uma reeleição do governo anterior, a gente nem imagina o que poderia acontecer. Não é porque nós temos um novo governo que tudo isso acabou. Não é verdade. A situação continua grave. O que não está sendo divulgado é porque ainda não conseguimos ter acesso a outras informações sobre o que está acontecendo na Terra Indígena Yanomami.

O genocídio de que se fala e que estava em curso na Terra de Yanomami é um fato. É um fato que precisa ser analisado do ponto de vista legal, para que se tenha subsídios para fundamentar as denúncias, que já foram encaminhadas, inclusive, ao Tribunal Penal Internacional, mas que possa, de fato,

ser investigado e os responsáveis identificados e colocados no banco dos réus. E são várias as autoridades que corroboraram e se organizaram para levar adiante esse plano genocida de exterminar os parentes Yanomami e outros povos indígenas, que foram usados como cobaias, inclusive, durante a pandemia. Quando foi distribuída cloroquina e os militares tinham informações, mas não tomaram as devidas providências, estavam levando adiante um projeto de extermínio. E os militares têm um papel importante, fundamental, nesses processos de extermínio de povos aqui, principalmente, na Terra Indígena Yanomami. Como é uma estrutura do Estado, poderiam, de fato, tomar alguma providência, mas não fizeram. Mas os Yanomami sempre continuaram na resistência, fazendo relatórios e denunciando a todos os poderes, aos ministérios, ao Supremo, e até à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Mas o Estado brasileiro, simplesmente, ficou inerte, sem ação. Então, o genocídio não foi cometido apenas por ações, mas por omissões deliberadas, omissões que foram feitas de forma calculada, vamos dizer assim, para que não se retirasse os garimpeiros.

O engessamento das instituições, o sucateamento da Polícia Federal, do Ibama, ICMBio e da própria Funai, para que não houvesse uma ação enérgica no combate ao garimpo na Terra Yanomami, tudo isso colaborou para esse processo que estamos vendo hoje. E muito pouco se fala dos poderes do Estado de Roraima, das autoridades que nada fizeram também, que ficam jogando a culpa na União. Não cabe apenas

à União garantir a proteção dos direitos dos povos indígenas. Cabe a todos os entes, tanto a União, como o Governo do Estado e Município, porque todos devem garantir o cumprimento da Constituição Federal. Mas também isso não fizeram. E hoje nós estamos, infelizmente, nesta situação gravíssima. Mais de 570 crianças foram mortas em decorrência de todo tipo de violência. Famílias foram assassinadas, crianças, jovens, meninas e mulheres foram violentadas. Mas quem, de fato, fez esse levantamento e onde estão os dados? O Estado fez seu papel de registrar tudo isso? Não fez! Houve um apagamento geral de informações para que o mundo não soubesse o que estava acontecendo. Mas, felizmente, hoje nós estamos vendo e, de alguma forma, as providências estão sendo adotadas, mesmo que não se resolva o problema em curto prazo, que não tenha um plano de não repetição de todas essas violências que estão acontecendo na Terra Indígena Yanomami. O garimpo foi a grande causa de tudo isso.

O garimpo teve incentivo tanto a nível do Estado como a nível Federal, por discursos, atos, ações do Poder Executivo, Poder Legislativo, do próprio Poder Judiciário que, ao não revogar e não tomar decisões para anular todos os pedidos de pesquisa e lavra mineral sobre as terras indígenas, gerou uma expectativa em todos esses garimpeiros que estão aí de forma ilegal. Então, o Estado brasileiro tem grande culpa nisso. Todos os poderes. Isso é bem claro, inclusive, nos relatórios a que nós temos acesso livre. O próprio Ministério Público Federal tem várias ações em curso na Justiça Federal.

Então, o que faltou foi vontade política por parte do Estado brasileiro de adotar essas medidas, de se cumprir a Constituição Federal. E hoje nós estamos aqui denunciando, mais uma vez, o que está acontecendo, e que é preciso uma ação urgente de retirar todos esses garimpeiros. De fato, têm diminuído com essas últimas operações na Terra Indígena para retirar os invasores. Mas é preciso ter um plano permanente de proteção à Terra Indígena e às comunidades, lideranças Yanomami, que estão sendo muito ameaçadas, inclusive, no contexto de retirada desses invasores. Os traficantes de minérios não são garimpeiros, como estamos vendo. São vários tipos de criminosos que se organizam, que encontram pessoas nas estruturas de poder do Estado, e têm essa força, têm defensores no Senado, no Congresso Nacional, no Poder Executivo e no Judiciário, e que por isso avançam sobre a Terra indígena de forma criminosa, causando todo tipo de violência e ameaçando a própria existência do povo indígena da Terra Indígena Yanomami. Isso precisa acabar e alguém precisa tomar providências e reparar todos esses danos que terão desdobramentos nas próximas décadas.

Estamos vendo agora o nascimento de muitas crianças com deformações em razão da contaminação por mercúrio, o que vai ter consequências futuras. E quem vai reparar tudo isso? Quem vai garantir que o povo Yanomami e Ye'kwana tenha um futuro saudável, um futuro sem ameaça ao território, um futuro sem ameaça às águas, à floresta, aos espíritos,

à cosmovisão? Quem vai reparar esse mundo espiritual que foi abalado, que foi violentado por essas ações? Quem vai reparar isso? Qual é o grau de dano que foi causado ao mundo Yanomami? Quem é que vai dizer isso? Nossos xamãs estão dizendo que o mundo vai cair, porque tudo isso que está acontecendo causou não só dano físico à floresta, à água e à terra, mas também ao mundo xamânico, ao mundo espiritual do povo Yanomami. E quem vai reparar isso? Como é que o Estado vai reparar isso? Isso precisa ser trazido para discussão. Para finalizar, quero dizer que estamos nos somando a essa luta, ajudando o povo Yanomami para garantir, de fato, o respeito ao seu direito de povo indígena, um direito que não é uma coisa inventada, mas é um direito que está na carta maior da lei fundamental, que é a Constituição do Brasil. Está lá, e toda a sociedade deve conhecer. Mas, quem sabe, um dia, quando a Constituição começar a ser ensinada nas escolas, quem sabe daqui a uma, duas décadas, a sociedade venha a entender o que é um indígena, o que é um Yanomami, um Ye'kwana, e para que serve garantir a proteção dos territórios? Que direito é esse? É o direito constitucional que todos nós brasileiros, conhecedores da Constituição, deveríamos respeitar e garantir esse respeito. É isso que eu trago para nós e meu muito obrigado!